

Do *scriptorium* ao gabinete e à casa da livraria. Espaços da escrita nos interiores da casa nobre em Portugal

Hélder Carita

(Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Universidade Nova de Lisboa)

Introdução

Propondo um enfoque nos espaços de escrita da casa nobre, esta investigação pretende sistematizar tipologias, nomenclaturas e funções destes espaços, contribuindo para um aprofundamento dos estudos sobre a evolução dos programas interiores em Portugal.

Neste sentido este estudo integra-se numa linha de investigação mais ampla desenvolvida do âmbito do projecto “*Casa Senhorial; Anatomia dos Interiores*”¹. Como o nome sugere este projecto propõe-se aprofundar o estudo da Casa Senhorial numa perspectiva das lógicas de organização e significado simbólico dos seus interiores.

Nos programas interiores da casa nobre, os espaços dedicados especificamente à escrita, leitura ou guarda de livros vão-se inscrevendo, ao longo dos séculos, de forma pontual e variada sem se constituírem como elementos sistématicos dos seus programas distributivos. Face aos espaços de representação das salas e antecâmaras, comuns em todas as casas senhorias, os compartimentos referidos como casa dos livros ou livraria, casa de escritvães, gabinetes, escritórios ou camarins, vão aparecendo a partir dos finais da Idade Média, traduzindo, porém, tendências, modas, ou indiciando interesses particulares ligados à cultura, que nos fornecem, no seu conjunto, interessantes elementos para a história dos interiores da casa nobre.

Numa linha de investigação alargada abordámos noutro estudo² a emergência, na primeira metade do século XVIII, da sala vaga e da casa do tinelo e a sua evolução para a sala de espera e casa de jantar, tema este que se pretende alargar com o presente estudo.

Por questões metodológicas e de rigor de análise, tomaremos como base da nossa investigação o cruzamento de inventários, descrições e plantas antigas, sempre conscientes das profundas transformações que vão sofrendo, ao longo do tempo, os interiores da grande maioria das casas, facto que altera substancialmente o seu significado patrimonial.

Também numa perspectiva metodológica, daremos ainda particular atenção ao estudo da terminologia utilizada em cada época, para a definição dos diferentes espaços interiores da casa nobre, articulando as suas variações semânticas com as suas respectivas formas de funcionamento e significado.

O espaço de escrita na Idade Média: o *Scriptoriu* e a *casynha* dos *escrivães*

A vida precária da sociedade medieval como a pouca literacia mesmo das classes nobres, determinam que, as referências, há existência de espaços dedicados à escrita nos interiores domésticos sejam escassas. A estes factores acresce o carácter multifuncional das vivências nos interiores domésticos, onde as raras situações de escrita ou leitura se poderiam ter lugar em diversos espaços, conforme as situações: desde a antecâmara, à câmara, à guarda-roupa ou mesmo ao oratório.

No texto do *Leal Conselheiro*, onde D. Duarte I, descrevendo a estrutura interior de um paço, são mencionados cinco espaços que constituíam o essencial da estrutura distributiva de uma residência senhorial, não sendo referido nenhum espaço dedicado à escrita.

Traduzindo o carácter de grande flexibilidade e adaptação funcional dos espaços às vivências nos interiores medievais, D. Duarte faz, porém, menção a momentos de leitura no interior da casa, situando-os no “oratório”, que descreve como o lugar “*em que os senhores soos alguas vezes cada dia he bem de sse apartarem pêra rezar, leer per boos livros, e pensar virtuosos cuidados*”³.

No universo dos paços reais, desde os finais da Idade Média observamos de forma pontual e descontínua, a referência documental a compartimentos vocacionados para a guarda e elaboração de documentação, acolhendo as actividades de *escrivães* e *secretários* régios ligadas à administração do reino que acompanhavam a corte nas suas frequentes deslocações. Um levantamento do Paço de Sintra, elaborado no reinado de D. Duarte, assinala vários destes compartimentos na descrição do paço, mencionando o texto um primeiro, como; “a caza onde Vicente donis escreue de longo ix couados e larguo iij.”, um segundo como a; “casynha dos escriuães que fica na sala em longuo .vj. couados e de larguo .iij””, e um terceiro referido como a: “casynha da çequetaria que esta a porta da sala em longuo ii couados e de largo outros três”⁴. De um estudo comparativo entre a planta deste paço, e a sequência dos diferentes compartimentos referidos neste documento, podemos concluir que estes pequenos espaços se situavam em zonas secundários e recuadas face às zonas de representação do paço, sugerindo uma apropriação conforme as ocasiões e as disponibilidades espaciais do edifício.

A diferenciação entre “caza de *escrivães*”, “caza de *çequetaria*” e “caza onde escreve Vicente donis”, se, à partida evidencia actividades distintas ligadas à administração real parece também apontar para uma certa hierarquia que veremos, mais tarde, desenvolver-se em tipologias de espaços mais personalizados como o gabinete, em contraponto com o escritório e secretaria, mais vocacionados para actividades correntes de *escrivães* e *secretários*.

Além de pequenos compartimentos reservados a *secretários* e *escrivães*, temos notícia, nos paços reais, da existência de livrarias, que pensamos associarem funções de guarda de livros com arquivo de documentos da Casa Real. Em 1452, um documento de pagamento de obras efectuadas no velho Paço da Alcáçova de

Lisboa refere a existência de uma livraria neste Paço Real, mencionando o documento: “Item deu e pagou cento cinquenta rs. A Symon carpinteiro de feito de duas mesas que fez pêra a casa honde esta nossa livraria que foram postas em ella”⁵. A referência explícita a duas mesas, indicia que esta livraria servia, não só para a guarda de livros, como para lugar de escrita, actividade que ficará ligada com a livraria. É-nos ainda dado observar que o termo livraria designava o espaço que hoje chamamos biblioteca, forma que herdada da Idade Média se manterá até aos finais do século XIX. Cabe salientar que, na altura, o termo biblioteca é usado, sobretudo, para designar um conjunto dos livros. Recorrendo a Rafael Bluteau o autor é claro quando define livraria como “lugar onde estão muitos livros em estantes”⁶.

A tendência de itinerância e multifuncionalidade espacial convergem para que não se registre a presença de espaços dedicados exclusivamente à escrita, como se observa nos mosteiros e conventos, onde desde a Idade Média são frequentes as referências há existência de um espaço denominado *scriptorium*.

Neste sentido, a referência documental à existência de um espaço no paço de D. Pedro em Avis identificado como “scriptorio” adquire particular significado. Este paço mandado construir por D. Pedro de Coimbra, (1424-1466), neto do rei D. João I, foi edificado durante o período em que este ocupava o importante cargo de Condestável do Reino. Num tombo realizado já no século XVI, mas descrevendo as obras mandadas efectuar pelo condestável D. Pedro, o texto menciona na descrição dos vários compartimentos do paço: “E da dita guarda roupa á mao direita vay hũa casinha pequena que serviu de Scriptorio, que ynda agora está pintado de figuras de philosophos e profetas com seus almarios, he ladrilhada, forrada e pintada per cima, com hũa genelinha, pera claridade”⁷.

Cabe referir que D. Pedro de Coimbra era como seu pai, o Infante D. Pedro, uma personalidade de grande cultura, ligada às artes e poesia. Pelo texto podemos visualizar o piso nobre deste paço, com a sequência tradicional de “salla, antecâmara, câmara, e guarda roupa” que aqui era completada não por um oratório, como podemos observar no texto do *Leal Conselheiro*, mas por um “scriptoryo” requintadamente decorado com pinturas murais.

Durante o século XVI as citações a espaços de escrita continuam raras, decorrendo da permanência de tradições medievais de não fixação espacial específica das vivências dos interiores domésticos. Exemplo destas permanências é o referido na introdução do livro de João de Barros *Crónica do Imperador Clarimundo*, onde o autor afirma, na dedicatória, ter composto a sua obra, “por cima das arcas da vossa guarda roupa, publicamente, como muitos sabem”⁸.

Ao longo do século XVI, com uma certa divulgação dos hábitos de escrita, começamos a registar, em inventários e documentos, o aparecimento de móveis de escrita referidos como “escrytorios”. A denominação surge naturalmente a partir dos escritórios monásticos, alargando-se do espaço ao objecto.

Logo no início do reinado de D. Manuel, numa carta de quitação datada de 1505, é referido: “per 2 scriptorios de cedro”⁹ observando-se uma progressiva

divulgação deste móvel nos interiores da alta nobreza, como é exemplo, no ano de 1522, a menção noutra inventário a: “duas arcas de escritorio, saber : huma marchetada e outra chãa com seus repartimentos”¹⁰. Artur Sandão mobilário

O *Regimento de Carpinteiros de Marcenaria da cidade de Lisboa*, assinado em 1549, testemunha a divulgação deste móvel, que passa a integrar a lista das peças obrigatórias para exame a mestre, onde consta; ”hum escriptorio e hum caixão dourivez, hum oratório e huma guarda roupa e huma taceira e huma meza e hum leito”¹¹. De pequenas proporções, este móvel seria utilizado em cima de bancas, mesas ou estrados de senhora, conforme as situações, não implicando ainda a existência de um espaço no interior da casa para estas funções.

Na planta quincentista (fig. 1), do Palácio dos Duques de Bragança¹², em Lisboa, confrontamo-nos com dois pequenos compartimentos contíguos, situados junto à “salla”, assinalados como «Despacho» e «Scriptorium». Pelas suas reduzidas proporções e localização no programa distributivo, com entrada privativa, estes espaços mantêm ainda características estritamente funcionais, ligadas ao uso de funcionários da casa ocupados na elaboração e guarda de aforamentos, escrituras e documentação. O espaço mencionado na planta como “De despacho”, situado numa zona mais acessível, sugere as funções correntes de secretaria, enquanto o

espaço de “scritorio” mais pequeno e privado indicia, por sua vez, uma hierarquia superior e um uso mais restrito e individualizado, talvez o almoxarife da casa dos duques de Bragança.

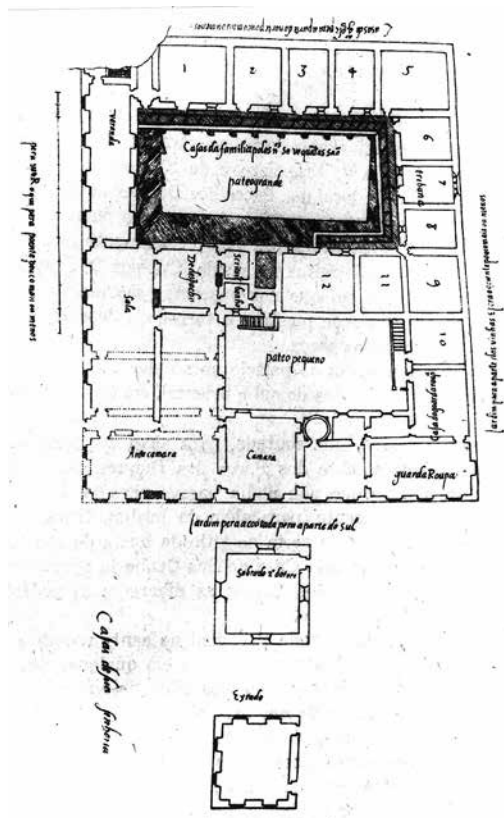


Fig. 1 - Planta do Palácio dos Duques de Bragança em Lisboa. Finais do séc. XVI, Casas de Sua Senhoria, (cópia realizada por Augusto Vieira da Silva, em 1921). Legenda: Varanda - Salla - Antecâmara - Guarda-roupa - Casa do guarda-roupa - Tribuna - Casas de familiares - Dedespacho - Scptorium - Banho. BNP- Iconografia, D 624.

Em acordo com os hábitos de polifuncionalidade espacial, ao longo do século XVI e XVII, o lugar de escrita ou trabalho podia ser montado numa parte de antecâmara ou sala, como parece indicar um texto sobre a vida do arcebispo D. Frei Luís da Sylva¹³, ao assinalar “veyo taõbem hum docel cõ sua cadeyra e pano de bofete tudo de damasco roxo, guarnecido de retros da mesma cor p^a a sala grande do pallacio”.

Ao longo do século XVII, se as referências a móveis “escritórios”, se multiplicam, ao lado de contadores, gavetas, bufetinhos e caixas, as menções a espaços de escritório no interior da casa permanecem raras. Neste sentido, é particularmente interessante o facto de encontrarmos referências ao espaço de escritório em casa de grandes comerciantes. Nos variados processos da Inquisição, depa-ramo-nos pontualmente com a alusão a estes espaços, transparecendo da análise dos textos uma certa dignificação dos mesmos, que aparecem decorados com móveis de aparato e pinturas, afastando-se do carácter estritamente funcional que parecem ter nos séculos anteriores.

No inventário de Diogo Chaves, realizado no ano de 1664, o acusado menciona “seis quadros grandes de Flandres que estavam no seu escritório ... e hua lamina de Jesus, Maria e José que estará no mesmo escritório”¹⁴. Na sequência do inventário Diogo Chaves menciona ainda que no dito “guarda roupa que estava no seu escritório se achavão dois sacos ...”. Da descrição podemos inferir um espaço onde à actividade da escrita e leitura se ligavam valores de representação, com a recorrência de móveis e objectos preciosos afins á tipologia de camarim ou gabinete de preciosidades.

No processo de um outro rico mercador, António Rodrigues Mogadouro, realizado em 1672, registramos a alusão a um escritório grande e a outro pequeno, sequência claramente hierarquizada que encontramos também noutros casos.

O arguido descreve assim que: “na gaveta de hum seu contador que esta no escritório pequeno estará um sacco com moedas de ouro”, mencionando mais a adiante; “e no dito seu escritório pequeno ao pé do bofete em que escrevia estavam oitocentos e quarenta e dois mil réis”¹⁵. Descrevendo os seus bens pessoais António Mogadouro mencionava ainda: “que na casa do seu escritório grande em hum caixão dos que vem de Amburgo estão metidos quantidade de linhas de Guimarães”.

A casa de livros e o camarim

Os espaços de escritório com móveis preciosos e decorados com quadros parecem cruzar-se com o fenómeno do séc. XVII que se prende com o aparecimento do camarim nas casas senhoriais. Nos inícios do século XVIII, Rafael Bluteau, no seu Vocabulário, confirma-nos a divulgação deste espaço de camarim como entidade independente no interior da casa nobre, definindo-o, de forma particularmente significativa, como: “um aposento em que se tem as peças mais raras e mais preciosas”.

Numa linha de caracterização deste espaço, o inventário do palácio do conde de Vila Franca dá-nos um interessante pormenor ao referir a existência de dois

camarins, um primeiro, “tinha uns retratos de pessoas de sua linhagem e em outro camarim os retratos dos imperadores”¹⁶. Aspecto particularmente importante e inaugural é o de que este espaço recebe uma decoração permanente, afastando-se da sequência de espaços de saleta, sala ou antecâmaras, cujas ligações a momentos de grandes festas e recepções determinava uma flexibilidade que permitisse a montagem de armações, docéis e estrados adequados às exigências de cada situação.

Além do camarim, as funções de escrita parecem ligar-se às livrarias que, embora raras, começam a aparecer com uma maior frequência a partir da segunda metade do século XVII.

Como situação excepcional nos programas distributivos do séc. XVII, a planta do Palácio dos Condes da Castanheira (fig. 2) assinala, uma “caza de livros”. Esta «casa de livros» liga-se aos interesses de D. António de Atayde, 5º conde da Castanheira, grande bibliófilo e colecionador. Decorrendo dos altos cargos que ocupou como General das Armadas de Portugal, durante a sua vida, D. António de Atayde organiza uma fabulosa biblioteca com um número considerável de códices e documentos diversos relativos a cartografia, arte de navegar e diários da Carreira da Índia. Estes importantes códices encontram-se hoje espalhados pelas mais variadas bibliotecas tendo sido estudados por historiadores como Henrique Quirino da Fonseca¹⁷, Humberto Leitão¹⁸ ou Charles Boxer¹⁹.

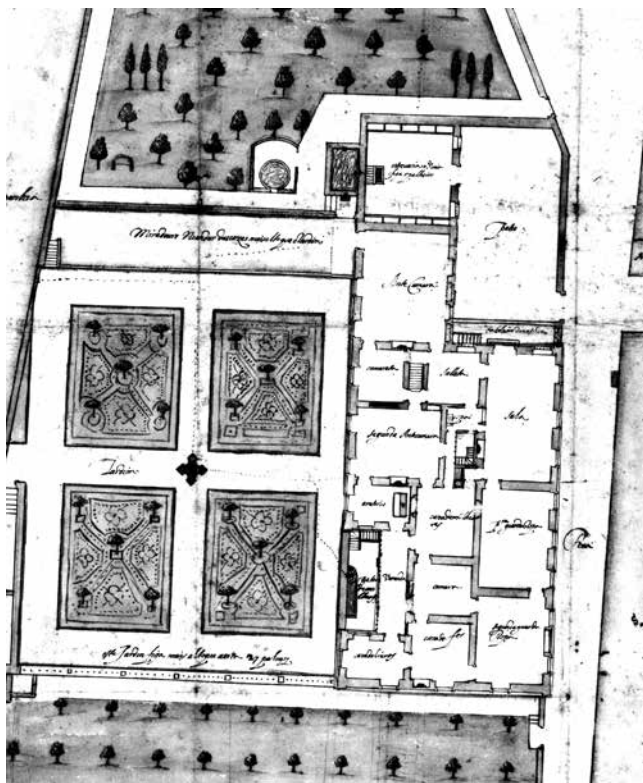


Fig. 2 - Planta do Palácio dos Condes da Castanheira. Lisboa. C. 1630. João Nunes Tinoco. Legenda: Pateo - Antecâmara - Câmara - Saleta - Salla - Segunda antecâmara - Oratório - Casa das mulheres - Prª Guarda roupa - Segunda Guarda roupa - Câmara - Casa de Fatos - Sala dos Livros - Varanda. Biblioteca da Academia de Belas Artes.

Famosa livraria era a do Palácio da Anunciada (Condes da Ericeira), tendo Carvalho e Costa descrito na sua *Corografia Portuguesa*: “é a melhor livraria de Portugal, pelo numero e selecto adornada de globos e instrumentos matemáticos, medalhas, e outras antiguidades”²⁰. Na descrição de Carvalho da Costa podemos constatar um certo cruzamento entre as funções de livraria e camarim, apresentando-se este compartimento como uma espécie de pequeno museu de antiguidades e peças raras, na tradição dos gabinetes de curiosidades dos príncipes do Renascimento.

Em paralelo com a “caza dos livros” do Palácio de D. António de Atayde, a livraria do Palácio dos Condes da Ericeira estava intimamente relacionada com a figura de D. Luís de Meneses, 3º conde da Ericeira, ministro de D. Pedro II, escritor e erudito.

Outra famosa livraria era a do Palácio do Cunhal das Bolas, ao Bairro Alto, que nos finais do século XVII era lugar de reunião da Academia dos Generosos, liderada por D. Francisco Xavier de Meneses, conde da Ericeira, conforme refere Rafael Bluteau nas suas *Prosas Académicas*²¹.

Outras referências documentais dão-nos conta da existência de livrarias em outras casas, como no palácio dos condes de Óbidos onde um inventário de partilhas menciona “e passando ao quarto de baicho que consta de outra baranda que fica debaixo delas digo debaixo da baranda de sima ainda em terra por não estar lagiada, e nas pontas dela duas cazas quadradas azoleijadas, e forradas, huma serve de livraria, e há mais duas cazas com portas para a dita baranda e cada huma delas tem outra caza para dentro”²².

Apesar destas referências, nos interiores das casas nobres do século XVII e ainda no século XVIII, as livrarias e os camarins seriam raros, mesmo entre a alta aristocracia, constituindo casos de excepção, normalmente ligados a personagens com interesses culturais e artísticos.

A emergência do espaço de gabinete no século XVIII

Durante a primeira metade do século XVIII verificamos, através de inventários e plantas antigas, o aparecimento de uma nova tipologia de espaço nos interiores da casa nobre designada pelo termo de “gabinete”. De forma significativa, Rafael Bluteau no seu *Vocabulário*, publicado em 1712, assinala este termo definindo-o de forma significativa como: “aposento particular de Príncipe ou Ministro, em que estão os papeis e em que se tratão os negócios de mayor importância”²³. Nas palavras de Bluteau, o gabinete define-se como um espaço de trabalho claramente relacionado com um uso pessoal. Como fenómeno específico do século XVIII, o aparecimento do espaço de gabinete acompanha um processo de maior racionalização dos programas interiores da casa nobre, indiciando, por outro lado, não só a importância da cultura no quotidiano das elites como uma maior dignificação do individuo, que vemos afirmar-se progressivamente, com a assimilação das ideias iluministas em voga por toda a Europa.

Sugerindo um percurso evolutivo, se Bluteau, nos inícios do século XVIII, circunscreve o uso de gabinetes apenas a príncipes ou ministros, observamos o seu progressivo alargamento a um universo de altos funcionários régios e eclesiásticos verificando-se, na segunda metade deste século, a sua divulgação na média aristocracia.

De referências documentais a gabinetes, registadas na primeira metade do século XVIII, podemos citar o caso do Palácio de Xabregas, onde uma certidão de obras²⁴, datada de 1734, atesta a presença de “dois gabinetes”, na sequência dos compartimentos do piso nobre, junto da entrada e da “sala vaga”. Dois anos depois encontramos outra referência a um gabinete no palácio do bispo, D. João de Mendonça, cujo testamento discriminava “à minha sobrinha e comadre e Excellentíssima Senhora Condeça de Vale de Reis Dona Joana deixo huma relíquia de Santo Lenho e outras algumas que tenho (...) os quais todas estão em hum bofetinho do Gabinete”²⁵.

Se inventários e outros documentos nos vão indiciando a presença de gabinetes em palácios da grande nobreza, a correspondência de D. João Gomes da Silva, 4º conde de Tarouca, a seu filho, D. Fernão Telles da Silva, sobre o projecto do palácio do Monteiro Mor, à calçada do Combro²⁶, fornece-nos importantes informações quanto ao funcionamento e significado do gabinete nas lógicas de organização dos programas interiores. Na sua proposta de espaços para o andar nobre deste palácio, D. João Gomes da Silva propõe uma grande biblioteca seguida de um gabinete, discriminando “uma galaria de outenta e dous palmos e meio sobre vinte e sete de largo, destinada para livraria com os membros entre suas janelas mui grandes para a commodidade de por livros (...) fiz no fim desta galaria hum gabinete de vinte quatro palmos sobre dezanove para escreveres; o qual tem saída com escada no jardim”²⁷.

Desta longa carta podemos inferir que a livraria e o gabinete estavam em íntima ligação, localizando-se no final da sequência das salas de recepção, numa zona do tardo do palácio, virada sobre o jardim. D. João Gomes da Silva faz, ainda, menção a um outro gabinete para os filhos, junto do quartos dos rapazes, relatando; “fiz uma caza para os filhos que não morarem no quarto baixo, de vinte e sette palmos de comprido sobre dezasseis e três quartos (...) fiz junto a esta hum gabinete para os dittos filhos de dezasseis palmos e três quartos de comprido sobre quinze e meio de largo”²⁸. Nos dois mencionados gabinetes é nítida uma clara ligação com funções de estudo e trabalho.

A existência de uma livraria seguida de gabinete, que observámos no Palácio do Monteiro Mor, repete-se no palácio do Patriarca D. Tomás de Almeida, em São Roque, cujo inventário, foi realizado em 1754. Neste longo inventário, de grande significado, a vários níveis, são arrolados os bens, não só do Palácio de São Roque²⁹, como das suas quintas de Marvila e Santo Antão do Tojal, sendo o mobiliário e equipamento registados por compartimento. No âmbito do nosso estudo, podemos apurar ser apenas o palácio a São Roque a possuir

livraria e gabinete. Na sequência das grandes salas de aparato, descritas como 1^a e 2^a Sala de Docel, a livraria apresentava, para além das naturais estantes de livros, uma notável colecção de porcelanas chinesas, indiciando, de forma clara, uma associação da livraria com as antigas funções de camarim. Neste aspecto, o camarim, que assinalámos anteriormente como um fenómeno do século XVII, parece diluir-se no século seguinte, sendo as funções deste espaço, onde se colocavam colecções e objectos preciosos, assumidas pelo gabinete ou pela livraria. Cabe salientar que, embora de forma rara, continuamos a registar a existência de camarins em inventários, depreendendo-se dos casos analisados que estes camarins adoptavam muitas vezes funções de gabinete. É o caso do palácio Mitelo, em que, no inventário dos bens de Alexandre Metelo de Sousa e Meneses³⁰, observamos a presença de uma livraria seguida de um espaço referido como camarim. Forrado de cetim e com uma vasta colecção de quadros, no mobiliário deste compartimento surgem duas estantes uma “dividida ao meio com duas gavetas acharoadas de azul e ouro com sua simalha por sima”, associadas a uma “papeleira de madeira de Brasil” e “huma cadeira poltrona forrada de azul com almofada”, conjunto que nos remete mais para a esfera de um gabinete. Acusando uma clara flutuação ou sobreposição de funções entre livraria e gabinete, apresenta-se, por sua vez, a livraria da casa do Provedor da Alfândega do Tabaco de Lisboa, Manuel de Oliveira de Abreu e Lima³¹, datada de 1784. Pela variedade e tipo de móveis, onde quatro cadeiras de braços se aliam a dois bufetes, uma banquinha (mesa), um contador e dois armários, podemos concluir que nos encontramos mais em presença de um gabinete que de uma livraria. Cabe salientar, mais uma vez, que as nomenclaturas utilizadas em inventários e outras descrições transparecem normalmente uma certa flutuação semântica e falta de rigor técnico, natural em personagens que se encontravam, muitas vezes, longe de uma linguagem erudita afecta à arquitectura.

São, assim, as plantas de projectos ou levantamentos efectuados neste período que nos fornecem elementos mais rigorosos sobre as nomenclaturas dos espaços, bem como das suas lógicas de funcionamento nos programas interiores. Exemplos disto são duas plantas de palácios de altos funcionários régios, onde o gabinete surge na sequência das salas, fazendo transição com os espaços mais privados do programa interior. Uma primeira corresponde ao projecto de um pequeno palácio (fig. 3) para o Governador da Capitania de Santa Catarina³², atribuído ao engenheiro José da Silva Paes³³. Precedido por duas salas de aparato, o gabinete surge como charneira de articulação com os aposentos mais particulares, respectivamente; câmara, casa de jantar (designada ainda como casa do Tinelo), copa e casa de criados. A segunda é a planta do piso nobre do Palácio de D. António Rolim de Moura, (fig. 4), em Barcelos, Brasil,³⁴ efectuada na década de 60 do século XVIII. Igualmente, no final da sequência das salas, o gabinete aparece aqui com ligação directa com a “sala de visitas”, articulando-se com as zonas mais privadas de câmara de dormir e guarda roupa.

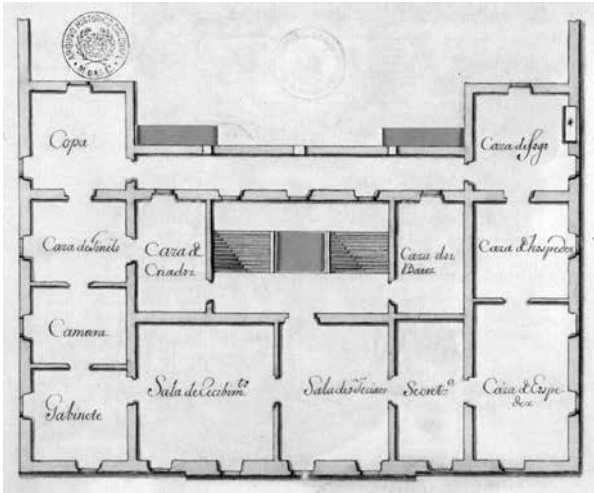


Fig. 3 - Alçados e Planta do piso térreo da Caza do Governo, Capitania de Santa Catarina. Ca. 1747. Legenda: Copa - Casa do Tinelo - Caza de criados - Camera - Gabinete - Sala de Recebimento - Sala dos Officiaes - Secretaria - Casa de Espera - Casa de hospedes - Casa de fogo. AHU, Cartografia. Ms 1221/1224.

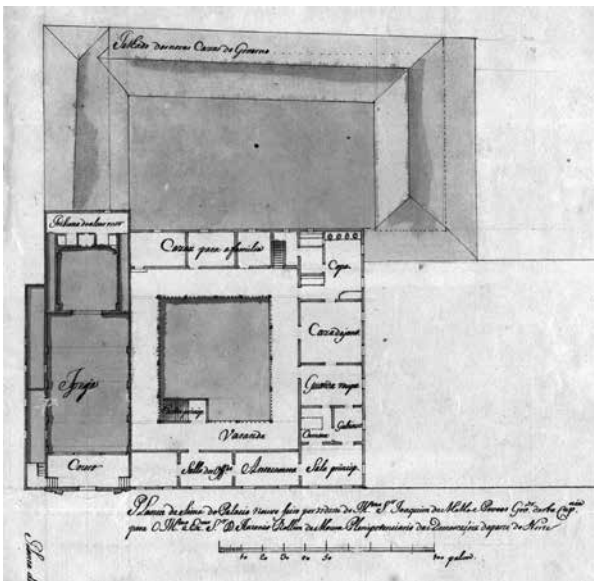


Fig. 4 - Planta do Palácio novo feito por ordem do Ex.^{mo} Senhor Joaquim de Mello Povoas Governador da Capitania para o Ill e Ex. mo Sr. D. António Rolim de Moura, Plenipotenciario das Demarcações da parte do Norte. Legenda do piso nobre: Salla de Officias, escada principal, Varanda, Antecâmara, Sala Principal, Câmara, Gabinete, Guarda Roupas, Caza de jantar, Copa, Cazas para familiares, Tribuna do altar mor, Igreja, Couro. BNP- Iconografia Des. 202A.

A estes dois casos podemos associar outras duas plantas onde, mais uma vez, o gabinete se situa numa zona de transição entre as zonas públicas e de representação e as zonas íntimas da casa, mas em que adquire qualidades de ponto nodal nas lógicas de organização do programa interior. Um primeiro caso é o gabinete assinalado no levantamento do Palácio da Casa da Pólvora (fig. 5), em Goa, efectuado nos inícios da segunda metade do século XVIII³⁵. Da história deste palácio, sabemos ter sido construído nos finais do século XVI, como residência de verão do vice rei da Índia³⁶. Renovado posteriormente, durante o reinado de D. Francisco de Assis, Marquês de Távora (act.1750-1754), remontará a este período a introdução de dois gabinetes situados na sequência das grandes salas de aparato, respectivamente; Sala de Guardas, 1ª Sala de Docel e 2ª Sala de Docel. Estes dois gabinetes, que pensamos corresponder ao espaço do vice-rei e do respectivo secretário, aparecem numa zona onde a fachada faz um recuo salientando a transição para o corpo da capela e dos chamados apartamentos particulares.

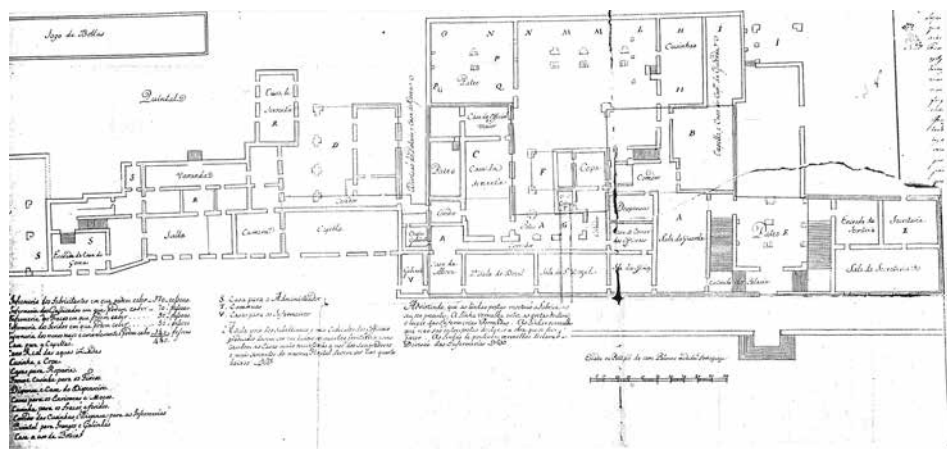


Fig. 5 - Planta do Palácio da Pólvora em Goa, com proposta de transformação para hospital. Biblioteca da Ajuda. Livro de Monções.

Um outro caso interessante é o do gabinete representado num levantamento da Quinta de Condes de Anadia, junto da ermida de São João dos Bem Casados, (fig. 6). Esta planta, situa o gabinete numa área que fazia a transição entre dois corpos da casa, apresentando a característica particular de usufruir de uma entrada privativa com escadas exteriores para a rua.

Com pequenas variantes, constatamos que o gabinete tende a situar-se entre o fim da sequência das grandes salas de aparato e o início das zonas mais íntimas da casa, assumindo uma posição chave, não só na estrutura interior como nas morfologias e desenho da fachada. Em dois dos casos analisados o gabinete surge numa zona privilegiada dos interiores, com duas frentes sobre a rua, usufruindo de melhores vistas e maior iluminação, como lugar de

trabalho privativo, sem perder os seus valores simbólicos de representação. Nesta relação entre desenho de fachada e programa interior, os dois gabinetes da Quinta do Marquês, em Oeiras, assumem particular significado. Referidos numa descrição datada de 1764, estes gabinetes, ligados entre si por uma larga varanda, voltam-se sobre os jardins formando dois pequenos corpos salientes. Pela importância deste caso transcrevemos o texto da descrição do edifício que assinalava: “e por cima das ditas cazas dez sallas, dois gabinettes com huma baranda de grades de ferro, que medea entre hum e outro, e por cima das ditas cazas, outro quarto nas agoas furtadas ao que tudo se não deu avaliação pella razão ditta. (...)”³⁷.

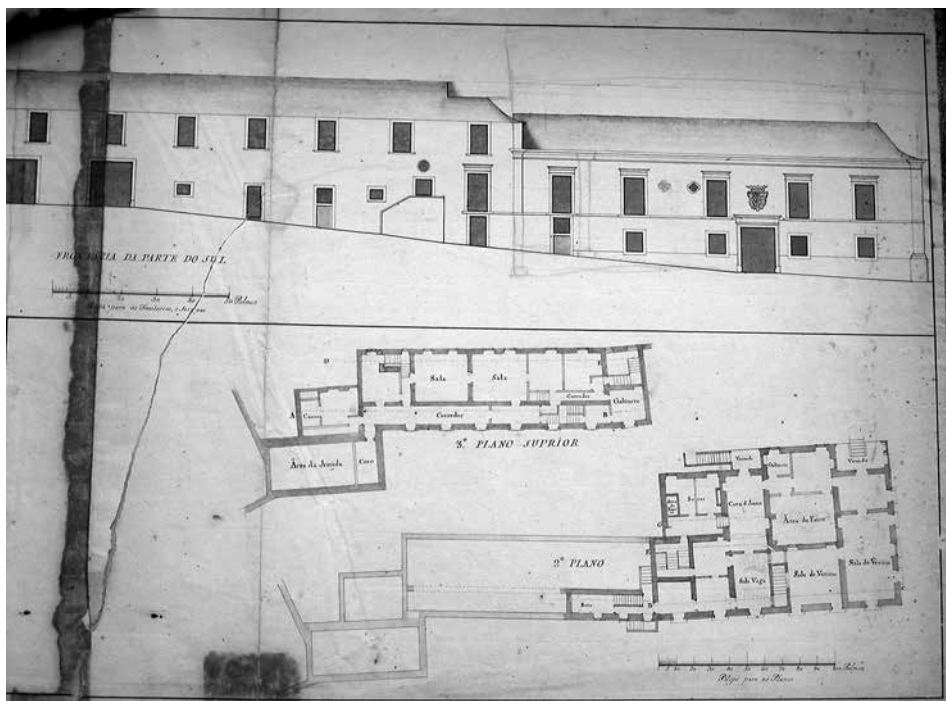


Fig. 6 - Planta da Quinta dos Condes de Anadia a São João dos Bem Casados. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Iconografia. Álbum dito de José da Costa e Silva. s.n. Legenda: 3º Plano Superior - Area de Ermida, Coro, Sala, Sala, corredor, Gabinete. 2º Plano - Sala Vaga, Sala de Visitas, Sala de Visitas, varanda, área de pátio, Caza de Jantar.

Usufruindo de vistas sobre a paisagem circundante e numa situação estratégica, tanto do programa interior como quanto às morfologias exteriores, observamos a presença destes gabinetes, em forma de pequenos corpos ou torreões e ligados por varanda ou terraço, em soluções arquitectónicas muito idênticas, como é o caso da Quinta dos Condes de Mesquitela, em Carnide, ou da Quinta de Sassoeiros, em Carcavelos.

A importância que o gabinete vai adquirindo como espaço de clara representação pessoal, é-nos confirmada numa carta do embaixador D. Vicente de Sousa Coutinho datada de 1777, tratando da nova decoração dos aposentos da rainha D. Maria I, na Real Barraca da Ajuda. Nesta carta, o autor assinala; “a tapesaria do gabinete em que a Rainha Nossa Senhora deve receber, he tudo o que vai de mais agradável, e estou persuadido fará um grande effeito nessa corte”³⁸. Além das tapeçarias e sedas, este gabinete da Rainha era ornado com dois preciosos tremós em talha vindos de Paris, afirmando João Pinto da Silva, numa carta enviada ao mencionado embaixador, “que Eu alcanço, que hum gabinete sem tremós não pode nunca ser ornado competentemente”.

Na vasta documentação destes preparativos, visualizamos que o gabinete da Rainha era elemento essencial dos chamados apartamentos ou aposentos da rainha. Articulando-se com a primeira antecâmara e a câmara o gabinete, assume-se como espaço de aparato com funções oficiais, onde a rainha recebia as mulheres dos embaixadores.

Fora de um universo de grandes palácios, constatamos uma certa alternância ou flutuação entre gabinete e livraria, aparecendo inventários ou plantas onde a existência de uma livraria dispensa a existência do gabinete, ou vice versa. Desta sobreposição é exemplo o projecto do Palácio do Bispo de São Paulo (fig. 6), datado de 1747³⁹, onde a planta do piso nobre apresenta uma sequência de salas: “sala vaga, ante salla, sala de visitas”, surgindo a “caza da livraria”, numa localização de charneira, imediatamente antes da “câmara de dormir, cumprindo claras funções de gabinete.

Num caso mais tardio, já dos finais do século XVIII, presenciamos, no piso nobre do palácio dos Viscondes de Porto Covo, a existência de uma biblioteca acumulando nítidas funções de gabinete, localizando-se numa zona íntima da casa e usufruindo através de duas frentes de ampla visão sobre os jardins. Na descrição do Palácio Porto Covo, Inácio de Sousa e Meneses fornece-nos ainda uma interessante imagem do interior desta biblioteca, descrevendo o autor; “segue-se a livraria a qual se vê em armários de vidros e o resto da parede entre as janelas, eruditamente ornado de secenta e quatro finissimos paineis”⁴⁰.

Como afirmámos anteriormente, ao longo da segunda metade do século XVIII o espaço de gabinete deixa progressivamente de ser apanágio dos grandes palácios, tornando-se frequente também ao nível da casa da média nobreza ou da alta burguesia. É disso exemplo um projecto de edifício tardo-pombalino (fig.7), realizado nos primeiros anos do séc. XIX pelo arquitecto Vincenzo Mazzoneschi, que apresenta no programa do andar nobre um gabinete⁴¹. Assinalado na legenda, o gabinete apresenta-se na sua localização mais comum, isto é, na sequência da “sala de espera, sala de visitas e antecâmara” e articulando-se com a zona mais íntima do piso nobre.

Como lugar de quotidiano simbolicamente afecto ao senhor de uma casa, o gabinete tende a adquirir qualidades que o autonomizam do programa distribu-

tivo da casa nobre do século XVIII. Sem as grandes proporções das salas de aparato, o gabinete define-se como um compartimento de médias proporções, localizado numa zona privada da casa e autonomizando-se no programa interior, por qualidades espaciais peculiares que variam entre a fruição de duas frentes sobre o exterior e a ligação com terraços ou varandas. Em casos mais paradigmáticos, como observamos na Quinta do Marquês, em Oeiras, o gabinete, ao localizar-se num pequeno torreão saliente da morfologia arquitectónica, adquire qualidades retóricas que recuam a uma velha tradição medieval onde a torre se institui como símbolo de domínio e poder senhorial.

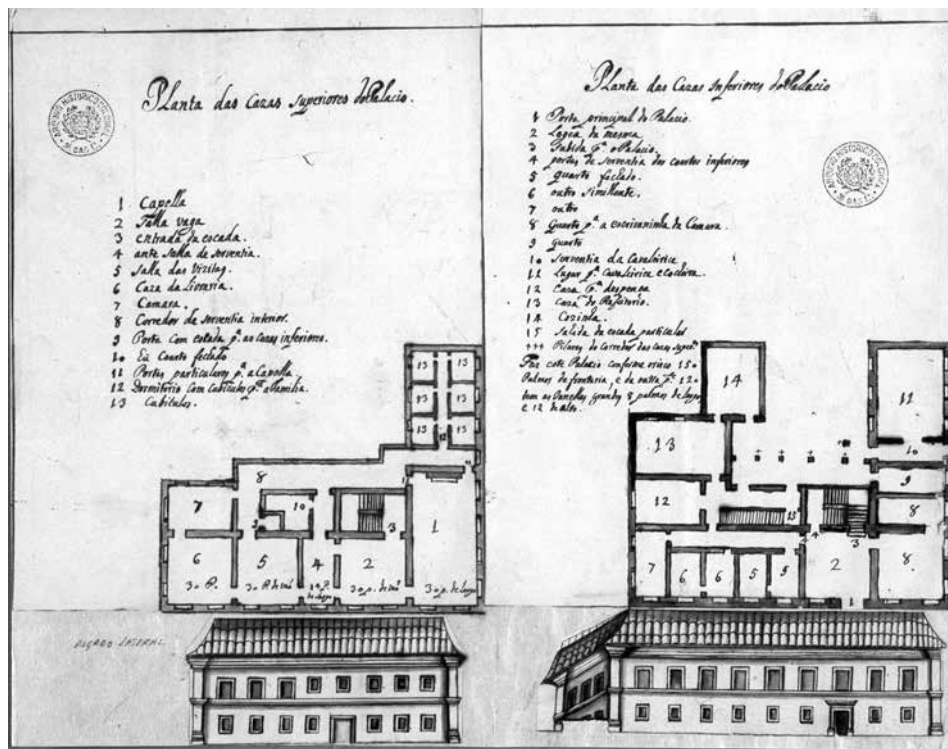


Fig. 7 - Plantas e alçados do Palácio do Bispo de São Paulo. 1747. Legenda das casas superiores: 1 - Capella, 2 - Salla vaga, 3 - Entrada da escada, 4 - Ante salla - saleta, 5 - Salla de Visitas, 6 - Casa da Livraria, 7 - Câmara, 8 - Corredor de serventia interior, 9 - Porta com escada p^a as cazas inferiores, 10 - Hu quarto fechado, 11 - portas particulares para a capella, 12 - Dormitório com cubiculos pra a familia, 13 - cubiculos. A.H.U, Lisboa.

Entre o gabinete e o escritório

A emergência do espaço de gabinete, ao longo do século XVIII, coincide com a quase diluição, na casa nobre, de referências documentais ao espaço de escritório.

De forma significativa, o arquitecto Manoel de Carvalho e Negreiros, na sua definição de várias tipologias de casa nobre, não refere nenhum espaço de

escritório. No programa base de piso nobre o autor discrimina a sequência de espaços iniciada pela “sala de espera” seguida de “antecâmara, sala de visitas, gabinete, toucador, oratório ou tribuna para a ermida, caza de jantar, câmara, guarda roupa com chaminé, caza de lavor, despejos”⁴².

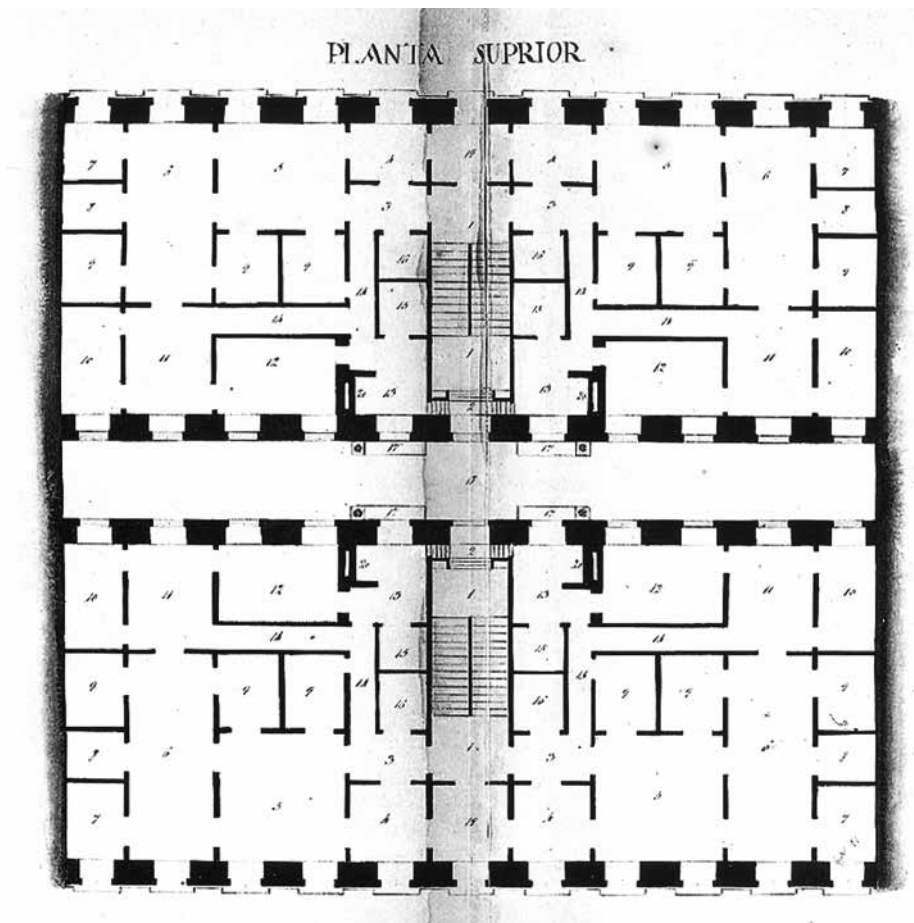


Fig. 29. Vincenzo Mazzonechi, projecto de dois prédios de aluguer com frentes para as ruas dos Fanqueiros e da Madalena, planta dos andares, 1805. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

“Nº 1 – Patamar [?] da Escada / 2. Escadas para Gente [?] da Cozinha / 3. Salta da Entrada / 4. D[ita] da Espera / 5. D[ita] de Vezitas / 6. Outra dita [?] / 7. Gabinete / 8. Guarda Roupa / 9. Alcova / 10. Toucador / 11. Caza de Engomar / 12. D[ita] de Jantar / 13. Cozinha / 14. Corredores / 15. Despença / 16. Quarto para Creado / 17. Cloacas / 18. Xaugão / 19. Salta livre [para] dar-se a hum dos andares / 20. Chaminés”

Fig. 8 - Planta do piso nobre. Assinado Mazzoneschi, 1802. Legenda da planta: Patamar das escadas, 2 - escadas para gente da cozinha, - sala de entrada, 4 dita de Espera, - 5 dita de visitas, 6 - Outra dita, 7 - gabinete, 8 - Guarda roupa, 9 - Alcova, 10 - Toucador, 11- Casa de Engomar, 12 - Dita de jantar, 13 -Cozinha - 14 corredores, 15 - despejos, 16 - quarto de creado, 17 - cloacas, 18 - xaguão, 19 - salla livre para dar-se a um dos andares, 20 - chaminé. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Iconografia.

As raras referências a escritório no interior da casa senhorial parece indicar de um ponto de vista funcional e simbólico, um significado mais subalterno atribuído a actividades comerciais, facto que tínhamos assinalado para o século XVII, onde as pontuais e raras referências a escritório se circunscreviam a casas de grandes comerciantes.

Numa linha de distinção entre gabinete e escritório, uma planta de piso nobre de casas pertencentes ao Marquês de Pombal (fig.8), na calçada Nova dos Caetanos⁴³, afigura-se de particular significado, ao apresentar estes dois espaços em localizações muito precisas do programa de interior. Neste projecto, realizado no ano de 1777, e atribuído a Reinaldo Manuel, observamos a quase tradicional localização do gabinete no final da sequência das salas, em ligação com os espaços mais íntimos de quarto. Na sua localização, o gabinete apresenta duas frentes para o exterior, usufruindo de uma mais privilegiada relação com as vistas e uma maior luminosidade, essencial a um espaço de uso quotidiano. Em quase oposição, o escritório da casa surge junto à entrada principal apresentando, ainda, uma segunda ligação com a entrada de serviço do edifício, o que evidencia um carácter mais utilitário de ligação com o exterior, provavelmente dedicado à contabilização e pagamento do pessoal e transacções correntes. Caso raro este edifício, propriedade dos marqueses de Pombal, foi objecto de inventário realizado no ano de 1824, na ocasião do seu aluguer a um rico comerciante Nicolau de Clamouse Browne. Neste inventário o gabinete desaparece e o escritório representado na planta do projecto desdobra-se em dois espaços ocupando um segundo compartimento referido na legenda do projecto inicial por “câmara”. No escritório onde trabalhavam várias pessoas são referidas várias secretárias, enquanto o mencionado “Gabinete do Escritório” era mobilado com apenas “uma marquiza de nogueira com assento de palhinha (...) 5 tamborettes”, reflectindo este mobiliário um espaço para receber, mais personalizado e mais íntimo⁴⁴.

Da análise de inventários e descrições de época, salvo nos casos de palácios reais ou de conventos, as livrarias seriam, na sua generalidade, equipadas por conjuntos de estantes independentes. O forro total das paredes com estantes parece, em Portugal, divulgar-se durante o século XIX, seguindo esquemas setecentistas com remate contínuo de fortes sancas e aplicações de pilastras ou colunelos nas divisórias. Presente nas estruturas distributivas de grandes casas ou palacetes, a tradicional designação de livraria é substituída pelo termo biblioteca, acusando uma forte influência francesa, presente não só na arquitectura, como em todas as actividades culturais. Um projecto académico de um palacete neogótico (fig.9) realizado pelo arquitecto José Luís Monteiro, datável dos anos sessenta do século XIX, assinala, na legenda do piso nobre, a referência de Bibliotheca. Situada no extremo de uma das alas, à dita biblioteca segue-se um gabinete com entrada apenas pela biblioteca, facto que confere uma forte privacidade a este espaço. Situado num torreão octogonal do palacete, este gabinete, com cinco janelas, permite uma maior iluminação e usufruto da paisagem envolvente, incorporando e fazendo perdurar de forma clara soluções ensaiadas no século anterior.

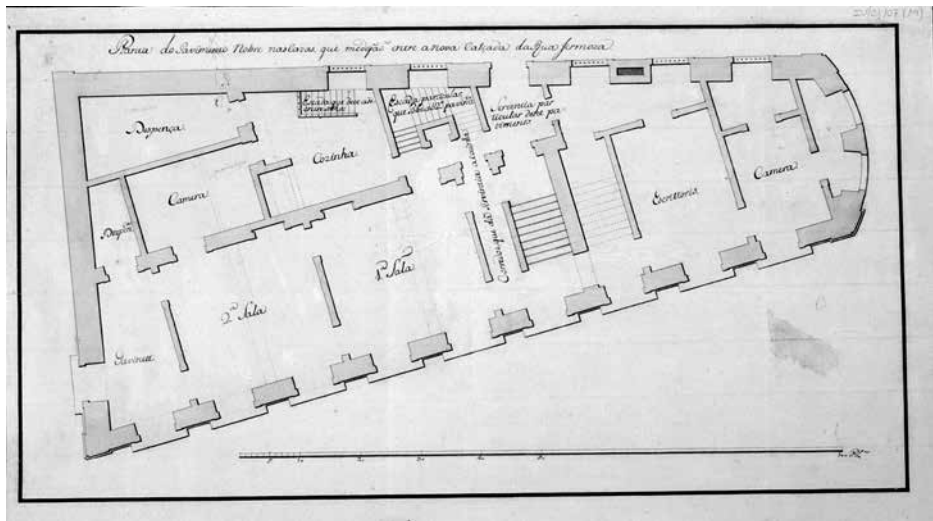


Fig. 9 - Planta do Pavimento Nobre das casas que medeião a Calçada Nova da Rua Formosa. Legenda: 1ª sala, 2ª Sala, Gavinete, Despensa, Câmara, Despensa, Cozinha, Escada que dece aos entresolhos, Escada particular que sobe ao 2º pavimento, Corredor que da serventia a cozinha, Serventia particular deste pavimento, Escritorio, Camara TT, Ministério do Reino. Plantas, P-5263-19.

Pelos finais do século XIX, coincidindo com a afirmação da burguesia e a divulgação das tipologias de palacete e chalé, começamos a observar uma maior liberdade na organização de plantas e dos programas interiores. Na nossa área de estudo, o termo gabinete vai desaparecendo progressivamente, sendo substituído pela designação de escritório, que, nas lógicas dos programas interiores, tende a assumir uma outra localização e significado. Em contraponto com o gabinete situado numa zona semi-privada, no final dos espaços de representação, o escritório tende a situar-se junto do vestíbulo de entrada acusando uma maior relação com o exterior e com o trabalho e a vida pública.

Revistas como a *Arquitectura Portuguesa* ou a *Construção Moderna* dão disto claro testemunho, a par de projectos de licenciamento apresentados nas câmaras tanto de Lisboa como do Porto. Da nossa análise dos programas interiores, o espaço de escritório, localizado junto do vestíbulo de entrada, aparece sistematicamente, evidenciando-se como elemento caracterizador das estruturas distributivas da tipologia de palacete corrente de média ou alta burguesia. Observamos, porém, em casos de maior grandiosidade arquitectónica, uma certa tendência setecentista para a recuperação do antigo gabinete como lugar privado, situado num ponto estratégico do programa arquitectónico.

Testemunho desta variação, Luigi Manini, na sua primeira proposta para a Quinta da Regaleira, (fig. 10), datada de 1898⁴⁵, concebe no andar nobre um compartimento situado num pequeno torreão saliente com acesso apenas pela grande

sala de visitas, denominando-o, porém, na legenda da planta, como escritório. Igualmente Nicola Bigaglia, no seu projecto do Palacete Leitão⁴⁶ datado de 1904, (fig. 11), coloca um espaço referido como escritório situando-o numa zona íntima do piso superior dos quartos, com ligação a um vasto terraço.

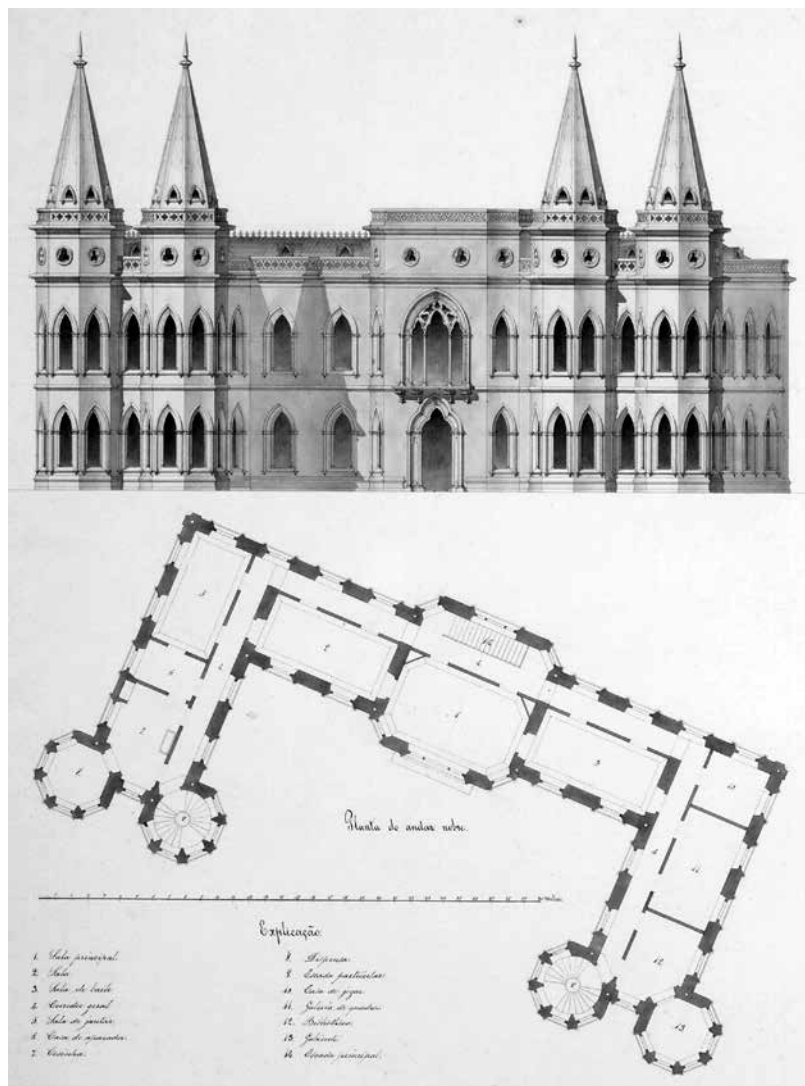


Fig. 10 - Projecto académico de alçado e planta do piso nobre de palacete neogótico. José Luís Monteiro, s.d. (1863-1865). Legenda: 1 - sala principal, 2 - sala, 3 - sala da baile, 4 - corredor geral, 5 - sala de jantar, 6 - casa de ap., 7 - cozinha, 8 - dispensa, 9 - escada particular, 10 - casa de jogos, 11 - bibliotheca, 12 - gabinete, 14 - escada principal. AH-CML-JLM, DA, 01.3/7.

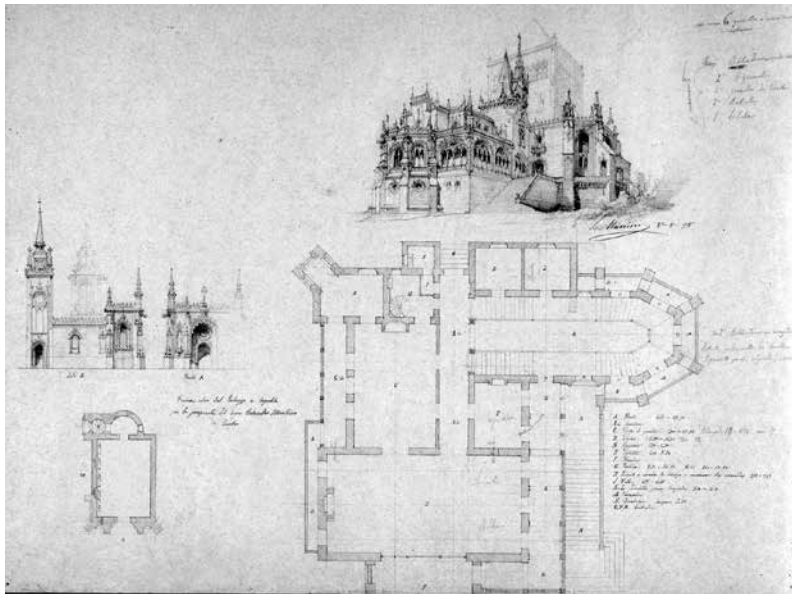


Fig. 11 - Ante-Projecto para a Quinta da Regaleira, em Sintra. Perspectiva e planta. Ass. Luigi Manini, 1898. Legenda: A - Hall, C - sala de Jantar, B - Gabinete, D - Salão, E-Saletta, F - Floreira, G - Pórtico, H - Quarto e escada, I - WC, M - Varandas, N - Escadaria, O.P.R - Entradas. Crema - Museu Cívico di Crema e dei Cremasco - FLM, inv. N°0108G.

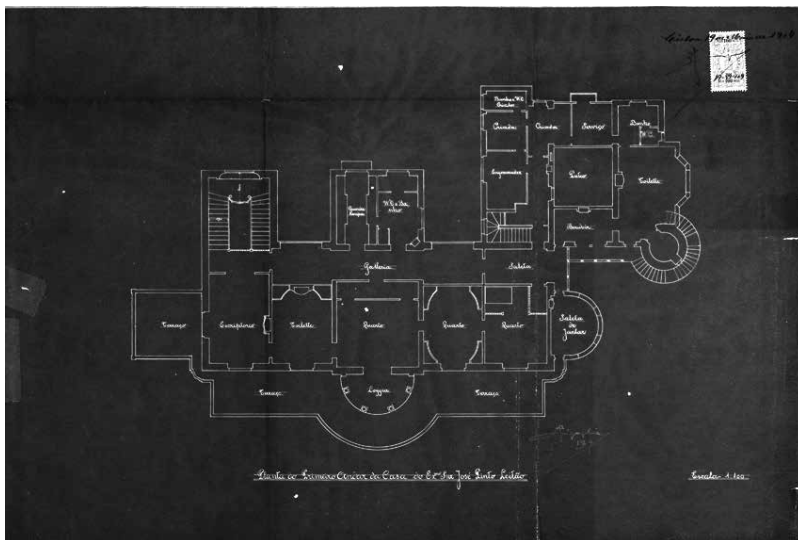


Fig. 12 - Projecto do piso nobre do Palacete Leitão. Nicola Bigaglia assi., 1904. Legenda: Escritório, Terraço, Toilete, Quarto, Quarto, Quarto, Galeria, Saleta, Saleta de Jantar, Boudoir, Toilete, Banho, Serviços, Engomadaria, Criados, Banho criados. AH-CML, Proc. De Obra 27116, 1ª Rep. PG, folha 11.

Transparecendo uma certa ambiguidade de tradições, Ventura Terra no piso nobre do Palacete Mendonça⁴⁷ (fig. 12), situa, junto da entrada, uma antecâmara seguida de um compartimento designado por “gabinete de trabalho”, como encontramos em outras plantas do século XVIII. Quanto à biblioteca, verificamos que ela se manifesta sobretudo em casos mais palacianos, apresentando-se no programa distributivo dos interiores em articulação com um “gabinete de trabalho”, à maneira do século XVIII. Nas suas funções e significado, a biblioteca do séc. XIX mantém-se como espaço de grande prestígio, acumulando funções de lugar de trabalho com as de estar e encontro. Através da fotografia, de que começamos a dispor nesta época, nestes gabinetes de trabalho confrontamo-nos com ambientes marcados por grandes mesas ou secretárias, colocadas no centro do espaço, articulando-se com conjuntos de sofás e cadeiras. Para a caracterização tipológica destes espaços de biblioteca podemos referir o ambiente da biblioteca do palacete do conde de Castro Guimarães, em Lisboa⁴⁸ ou a biblioteca do Palácio de Monserrate.

Pese embora a flutuação quanto a terminologia, verifica-se claramente que o gabinete se afirma como um fenómeno do século XVIII, vinculado a um ambiente aristocrático e afecto a ideias iluministas, diferenciando-se de uma nova tipologia de espaço; o escritório. Podendo este espaço de escritório recuar a uma origem mais antiga, vinculada às casas de grandes comerciantes, ele é, pela sua divulgação e sistemática presença, um fenómeno afecto à tipologia de palacete e à emergência da burguesia do século XIX.

Neste sentido, e para concluir, não deixa de ser interessante observar que, em linguagem comum, nos referimos ao “gabinete do ministro” como um espaço de maior prestígio e de carácter pessoal em oposição a escritório, por exemplo, de advogados, que conota um sentido de atendimento ao público ligado a actividades comerciais.

Documentos

I - Inventário da “Caza do gabinete” e da “Caza da livraria” referidos no arrolamento do Palácio habitado por D. Tomás de Almeida, Cardeal Patriarca de Lisboa junto à Casa Professa de São Roque (Palácio dos Marqueses de Niza), 1754.

TT, Orfanológicos, Letra C, Maço 82, nº 1. (Autos de inventário que se faz dos bens que ficaram por falecimento do Eminentíssimo senhor Cardeal Patriarca, o qual se continua com os Ilustríssimos e Excelentíssimos senhores Marquês do Lavradio, Principais de Alarcão e Almeida e o Conde de Avintes, seus sobrinhos e testamenteiros).

(Transcrição paleográfica realizada por Lina Maria Marrafa de Oliveira no âmbito do Projecto: “A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro, Séculos XVII, XVIII e XIX”)

“Caza do Gabinte”

“Doze cadeiras baixas madeira de noqueira com os assentos estufados cubertos de damasco cramezim muito uzadas e os espaldares de taboa com sua talha dourada duas delas quebra-(fl. 85)das e os assentos delas são levadisos, porque tambem os tem de rotola fina, avaliadas em dezanove mil e duzentos reis

Dous relógios de sima de bofete de caixas de pão de evano mostrador argolas e masanetas de prata de repetição

Duas mezas de pé-de-cabra inglesas que mostra tres gavetas cada huma pés-de-cabra e filetes dourados em bom uzo

Hum bofete de pão-santo (fl. 85v) pés torneados e trosidos com a moldura de huma parte quebrada avaliada em dous mil reis

Duas cadeiras-poltronas huma com assento e espaldar de moscovia, e a outra com assento de rotola espaldar de moscovia madeira de nogueira pregaria miuda dourada em bom uzo avaliada em tres mil e duzentos reis

Huma armasam de caza que consta de sinco panos de damasco cramezim goarnecidos de galão e franja da mesma cor

Tres sobreportas de madeira recortadas pintadas de encarnado com seus apanhados e borlas de retros trosido encarnado

Dous tapetes de barberia muito velhos vistos

Hum jogo de taboas de marfim grandes avaliado por não ter taboleiro em dous mil e quatrocentos reis e novamente Outro jogo de taboas sem taboleiro e do mesmo (fl. 86v) tamanho

Hum taboleiro de taboas de pão-santo novo avaliado em tres mil e duzentos reis, e o jogo das taboas

Huma cana que tem seu castão de ouro lavado

Outra bengala com castão de abada

“Caza da Livraria”

Tres banquinhas com as prensas de cartas madeira de bordo em bom uzo Duas cadeiras razas com assentos de couro pre-(fl. 114)to e mais hum assento avulso do mesmo uzadas avaliadas em dous mil e quatrocentos reis

Doze talhas lousa da India preto e ouro, duas garrafas irmãs, huma manga da mesma lousa, seis talhas da mesma lousa maiores, duas talhas grandes branco, e matis com suas tampas e seus lióins em sima, huma talha mais pequena, branco e arvoredo, duas talhas brancas com seus ramos e goarnisam pintura azul, duas talhas do mesmo tamanho branco e bastante pintura azul, quatro talhas pequenas azul e branco, duas jarras azul e branco, nove man-(fl. 114v)gas branco e azul quatro talhas pequenas branco matis e ouro esmaltado, duas mangas grandes branco matis e ouro, huma destas quebradas na boca, duas borbuletas pequenas branco e azul, mais duas garrafas irmãs preto e ouro semelhantes as que vão declaradas no principio, e outras duas garrafas tambem preto e ouro com as bocas mais largas que por tudo faz, e todas lousa da India legadas no testamento

Outo estantes entre grandes e pequenas em (fl. 115) que se achão os livros, mais duas estantes baixas com livros, hum bofete de pau-santo de dezasseis gavetas outro por banda, e as cabeseiras almofadadas que fingem gavetas e por baixo tudo em roda com suas estantes com livros e outros muitos livros avulsos Dezasseis garrafas entre grandes e pequenas cheias de agoa de murta

Dous bancos de pinho novos compridos

Hum mapa que se acha na escada da Livraria que consta do Patriarcado

Huma lamina da Senhora da Soledade mais de palmo molduras de vidro chapeada de latão dourado pintura em cobre nova

Duas pesas de lenços de outo cada hum

Duas umbrelas de damasco forradas de tafetá encarnado com galão e franja de ouro fino e nos paos seis aneis de lata uzados

II - Inventário da Livraria e do camarim referidos no arrolamento dos bens que ficaram de Alexandre Metelo de Sousa e Meneses (Palácio Mitelo)

Lisboa 10 de Abril de 1768

DGARQ/TT, Orfanológicos, Letra A, Maço 121, Nº 1, Cx. 206

(Transcrição paleográfica realizada por Lina Maria Marrafá de Oliveira no âmbito do Projecto: “A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro, Séculos XVII, XVIII e XIX”)

“Livraria”

Duas estantes grandes, cada huma com quatro repartimentos fingindo quatro estantes cada hu-(fl. 75)ma pintada de preto e ouro, avaliadas em dezanove mil e duzentos reis⁴⁹

Duas mais pequenas tambem com a mesma pintura avaliadas em doze mil reis⁵⁰

Outras duas ditas com portas acharoadas avaliadas em catorze mil e quatrocentos reis⁵¹

Huma banca comprida pintada de prata com seus gavetains tosca, avaliada em quatro mil e outocentos reis⁵² Hum bofete pés torniados com suas gavetas de madeira do Brazil, avaliado em dois mil reis⁵³ Dois globos, para matematica com todas as suas pertensas.

Dois massos de rezistos de varias qualidades, tamanhos ava-(fl. 75v)liadas todas em outocentos reis⁵⁴

Huma caxinha, com varios papeis dentro pintados avaliada em duzentos reis⁵⁵

Doze papeis dos doze meses do ano em huma caxinha de veludo encarnado avaliados em cento e vinte reis

Digo huma caxa por forma de livro cuberto por sima de veludo carmezim e dentro dela os doze mezes do ano com os dia dos santos deles em papel estampado avaliado em tres mil e duzentos reis⁵⁶

Huma estante pequenina de páo amarelo com seu acento madeira de Brasil avaliada em seiscentos reis⁵⁷

Duas caxas cubertas de papel emcarnado com muitos mapas dentro avaliada em mil e duzentos reis⁵⁸

Hum canapé de lona digo hum (fl. 76) hum preguiceiro com seu colchão de setim azul traviiseiro de tripa tão bem azul, e o acento de lona avaliado em mil e duzentos reis⁵⁹

Dezoito figuras de jesso que estão por sima da Livraria humas maiores que outras avaliadas em seiscentos eis Duas ditas de bronze avaliadas por serem de mais de dois palmos em mil e duzentos reis⁶⁰

“Camarim”

Huma imagem de Christo Crucificado de marfim de dous palmos com sua crux de páo santo, e Calvario estimado em seis mil e quatrocentos reis⁶¹

Huma imagem de Nossa Senhora da Conceição de marfim estimada em seiscentos reis

Hum corpo de charam por forma de bofete, com filetes ama-(fl. 76v)relos avaliado em dois mil e quatrocentos reis⁶²

Huma cadeira poltrona forrada de azul com almofada avaliada em outocentos reis⁶³

Huma papeleira de madeira de Brasil velha avaliada em tres mil e duzentos reis⁶⁴

Sete paineis em papel da China dous deles encarnados mais estreitos avaliados em mil e quatrocentos reis⁶⁵

Hum pano de cetim com carateres chinos e huma guarnissão por modo de galão avaliado em cento e vinte reis

Sinco laminas ovadas em papel com seus vidros, avaliadas em quatrocentos e outenta reis⁶⁶

Hum frasco para chá de cobre esmaltado avaliado em mil (fl. 77) e duzentos reis

Quatro quadros de papel ao humano com seus vidros por fora e molduras pintadas avaliados em mil e seiscentos reis⁶⁷

Hum banquinho pintado de preto avaliado em sinquenta reis

Hum velador de páo santo e pé trocido avaliado em duzentos reis

Duas cantoneiras com seus repartimentos cada huma toscas avaliadas em trezentos reis

Huma vara de familiar acharoadada avaliada em outocentos reis

Tres portas de cortinas de sedinha da India lavrada avaliadas com sanefa da caza que he azul em mil seiscentos reis⁶⁸

Outo figuras de jesso ava-(fl. 77v)liadas em duzentos e quarenta reis

Huma estante dividida ao meio com duas gavetas acharoadas de azul e ouro com sua simalha por sima avaliada em sete mil e duzentos reis⁶⁹

Huma estante pequena tosca com varios repartimentos avaliada em outocentos reis⁷⁰

Acentada aos vinte e quatro dias do mes de Setembro de mil setesentos sessenta e seis anos

III - A casa da “livraria” no inventário da casa, do Provedor da Alfândega do Tabaco de Lisboa, Manuel de Oliveira de Abreu e Lima de 1784.

A.N.T.T., Inv. Orfanológicos, Maço M184, processo de 6 de Março de 1784.

“Casa da Livraria”

Quatro cadeiras de encosto e braços torcidos, com assentos e encostos de papagaio, velhas e rotas, avaliadas em oitocentos réis.

Uma banquinha, de madeira de fora, com três palmos de comprido, dois, cinco de frente, com suas gavetas, já velha avaliada em mil e seiscentos réis.

Um bufete de madeira de fora, com cinco palmos de comprido, de duas gavetas, já velho, avaliado em seiscentos réis.

Um bentô [ventô] de madeira de fora, com três palmos e meio de comprido e dois de largo, de várias portas e gavetas avaliado em oitocentos réis.

Um espelho de palmo e meio de alto, por meio palmo de largo, molduras douradas e folheadas, com seu ornato de talha, avaliado em oitocentos réis.

Um guarda-roupa para vestidos, de pinho pintado, com três palmos e meio de comprido por dois de largo, com duas portas, já velho, avaliado em mil réis.

Uma caixa com feito de almario [armário] de madeira de fora, avaliada em oitocentos réis.

Um gral de pedra avaliado em oitocentos réis.

Notas e referências

1. O nome completo do projecto é *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (sécs. XVII, XVIII e XIX). Anatomia dos Interiores*. (PTDC/EAT-HAT/112229/2009)
2. “*Da salla vaga à casa do tinelo: nomenclaturas dos espaços interiores e organização de equipamento móvel na casa nobre dos séculos XVII e XVIII*”, in *IV Colóquio de Artes Decorativas da FRESS*, Lisboa, 26-27 de Outubro de 2012.
3. D. Duarte, *Leal Conselheiro*, (ed. crítica e anotada por J. M. Piel), Lisboa: Livraria Bertrand, 1942, p.303.
4. CONDE DE SABUGOSA - *O Paço de Sintra*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903, (BN- Mss.Cod. L, 6,45).
5. SOUSA VITERBO - *Dicionário Histórico e Documental de Arquitectos...*, vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1904, p.305.
6. BLUTEAU, Rafael - *Vocabulário Portuguez e Latino...* Lisboa: Officina Pascoal da Silva, 1720, vol. V, G-p.163.
7. COSTA, Maria Clara Pereira da - “A vila de Avis, Cabeça da Comarca e da Ordem. Século XVI a XVIII. Tombos de Direitos, Bens e propriedades”, in *Revista do Instituto Geográfico e Cadastral*. Sep., nº 2. Lisboa, 1982.
8. BARROS, João de - *Crónica do Imperador Clarimundo*, [1ª ed. Coimbra,1522]. Lisboa: António Alvares, 1601, p.IV
9. FREIRE, Anselmo Braancamp - *Arquivo Historico Português*, vols.I a IX, Lisboa, 1903-1914.
10. FERRÃO, Bernardo - *Mobiliário Português...*, Porto: Lello e Irmão, 1990, vol.IV, p.162.
11. *Livro das Posturas Antigas*, int. e notas Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: CML, 1974, p.349.
12. BNP, Iconografia, D 624, Casas de Sua Senhoria, (cópia realizada por Augusto Vieira da Silva, em 1921).
13. Com o extenso título de “Breve Relação da Vida e Morte do Grande Arcebispo de Évora D. Frei Luiz da Sylva”, este texto anónimo, datável dos inícios do século XVIII, foi publicado na revista *A Cidade de Évora*, Évora, nº69-70, 1986-7, pp125-183.
14. IAN/TT *Inquisição de Lisboa, Processo nº4426*, s.n.
15. IDEM, *Ibidem, Processo nº5412*, s.n.
16. FREIRE, Anselmo Braancamp - *O Conde de Vila Franca e a Inquisição*, Lisboa, cit. supra, p. 46.
17. Henrique Quirino da Fonseca (ed.) - *Diários de Navegação da Carreira da Índia, nos anos de 1595, 1596, 1597, 1600 e 1603*. Lisboa: Academia das Ciências, 1938.
18. LEITÃO, Humberto - *Diários de navegação coligidos por D. António de Ataíde no século XVII*, 3

vols.. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1957-1958.

19. BOXER, C. R. - “The naval and colonial papers of Dom António de Ataíde”, Harvard Library Bulletin, vol. V, n. 1, Cambridge (Mass.), 1951, pp. 24-50; e “Um roteirista desconhecido do século XVII. D. António de Ataíde, capitão geral da Armada de Portugal”, Arquivo Histórico da Marinha, vol. I, nº 1, 1934, pp. 189-200.

20. COSTA, António Carvalho e - *Corografia Portuguesa*. Lisboa: Off. Valentim da Costa Deslandes, vol. III, p.438.

21. BLUTEAU, Rafael - *Prosas Académicas Recitadas em Diferentes Congressos Académicos*. Lisboa: Off. de Joseph António da Sylva, 1728, pp22-23.

22. TT, *Arquivos Particulares: Casa de Santa Iria*, Caixa 10, Doc. 111 TT, fls. 2V,3. (Instrumento dado em publica forma, de uma verba do inventário que se fez de arrecadação dos bens que ficaram por falecimento do Senhor Conde Meirinho-mor de que foi testamentário o Senhor Marquês de Gouveia, cuja verba consta da especificação e avaliação do Palácio de São João de Deus, a São Francisco de Paula, avaliado em quarenta mil cruzados, 26 de Setembro de 1733).

23. BLUTEAU, Rafael - *Vocabulário Portuguez e Latino...* Ob. Cit., vol. IV, G-p.4.

24. ARRUDA, LUÍSA - “O Palácio de Xabregas, do Legado de Tristão da Cunha às Grandes Obras do Século XVIII. in *Claro Escuro*, nº 6/7, 1991, (A.M.O, Núcleo Cunhas e Mendonças, *Doc. 311*, (Sertidam de avaliação de obras de 1734).

25. GARCIA, Luís Pinto - “Um Numismata Alentejano” in *A Cidade de Évora*. Évora, nº 31-32, ano X, 1953, p.62-63.

26. Esta carta foi divulgada e analisada num estudo de Maria João Pereira Coutinho, “O palácio do Monteiro-Mor e a visão da arquitectura civil lisboeta na primeira metade de Setecentos por João Gomes da Silva (1671-1738), 4.º conde de Tarouca”. *IV Congresso de Historia de Arte Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Nov. de 2012.

27. Biblioteca Pública de Évora, *Cód. CX/1-6*, n.º 25, fls. 11v. 12); (Carta de D. João Gomes da Silva para D. Fernão Teles da Silva. Viena de Áustria, 14 de Abril de 1734).

28. IDEM, *Ibidem*, fls.12v.

29. Este palácio pertencia desde o século XVI aos descendentes de Vasco da Gama, condes da Vidigueira e Marqueses de Niza e situava-se no largo de São Roque junto da Igreja do mesmo nome. Por casamento, os Marqueses de Niza viviam no palácio dos Condes de Unhão, junto à Madre de Deus. 30. Alto funcionário régio, no período de D. João V, Alexandre Metelo de Sousa e Meneses ficou célebre pela chefia entre 1725 e 1728, a embaixada portuguesa à corte chinesa, por ocasião da subida ao trono do imperador Yongzheng.

31. Transcrito in MADUREIRA, Nuno Luís - *Cidade: Espaço e Quotidiano, 1740-1830*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, pp.272-280. A.N.T.T., Inv. Orf., Maço M184, processo de 6 de Março de 1784.

32. AHU, Cartografia, Ms. 1221/1224. *Planta do piso nobre da Caza do Governo*, Capitania de Santa Catarina.

33. Com o alto posto de brigadeiro, José da Sylva Paes foi governador da capitania de Santa Catarina tendo realizado uma vasta produção de cartas e projectos para esta região onde o Projecto das *Casas para o Governador de Capitania de Santa Catarina* se integram pela sua qualidade e erudição; Cf. Sousa VITERBO. *Dicionário de Arquitectos...*, Lisboa: Imprensa Nacional, vol. III, pp.41-43.

34. BNP- Iconografia, Des 202 A. (Planta do Palácio novo feito por ordem do Ex.mo Senhor Joaquim de Mello Povoas Governador da Capitania para o Ill e Ex. mo Sr. D. António Rolim de Moura, Plenipotenciario das Demarcações da parte do Norte).

35. Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda, *Iconografia*, Des. 21.

36. Sobre este palácio; cf. Hélder CARITA. *Palácios de Goa, tipologias e modelos de arquitectura indo-portuguesa*. Lisboa: Quetzal, 1996, p. 28-29.

37. “Décima da Cidade, Arruamentos, Oeiras, 1764 - DC 815 AR.

38. BASTOS, Celina - “A Real Barraca no Sítio Nossa Senhora da Ajuda e as encomendas da Casa Real: alguns elementos para o seu estudo” in Revista de Artes Decorativas, Porto, nº1, 2007, p.218, *Carta do embaixador D. Vicente de Sousa Coutinho para o guarda-jóias João Pint da silva datada de 4 de Agosto de 1777*. ANTT, Casa Real, cx. 3506.

39. A.H.U, Lisboa, *Planta das Casas Superiores e Inferiores do Palácio episcopal de São Paulo*. 1747.

40. MENEZES, Ignacio de Souza e - *Memorias históricas do serenissimo Senhor Don António Príncipe da Beira*. Lisboa: Off. José de Aquino Bulmoens, 1796, p.41.
41. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, *Iconografia*. Legenda da planta: Patamar das escadas 2 – escadas para gente da cozinha- sala de entrada 4 dita de Espera – 5 dita de visitas, 6 – Outra dita, 7 gabinete, 8 Guarda roupa, 9 Alcovia, 10 Toucador, 11- Casa de Engomar- 12 Dita de jantar- 13 cozinha – 14 corredores, despejos- 16 quarto de creado-17 cloacas-18 xaguão- 19 salla livre para dar-se a um dos andares - 20 chaminé.
42. NEGREIROS, José Manoel de Carvalho e - *Aditamento ao livro intitulado Jornada pelo Tejo que foi qº a S A Real o Príncipe Nosso Senhor que Deus guarde em o anno de 1792-1797*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, Códice 3758-62, fol. 90 a 94.
43. TT, *Ministério do Reino*. Plantas, P-5263-19. (Planta do pavimento nobre nas casa que medeão entre a nova calçada da rua Formosa).
44. SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e - “Recheios de Palácios Lisboaetas Arrendados no séc. XIX” in *Revista de Artes Decorativas*, nº2, 2008, pp235-236. NA/TT, *Arquivo da Casa Fronteira*, nº 361, Varia 3, f.1-4.
45. Ante-Projecto para a Quinta da Regaleira, em Sintra. Perspectiva e planta. Ass. Luigi Manini, 1898. Crema. Museu Cívico di Crema e dei Cremasco, FLM, inv. N°0108G.
46. Projecto do piso nobre do Palacete Leitão. Nicola Bigaglia assi. , 1904. AHCML, Proc. De Obra 27116, 1ª Rep. PG, folha 11.
47. Palacete Mendonça. Planta do piso nobre. Arq. Ventura Terra assi., 1904. in *Arquitectura Portuguesa*, Ano IV, Setembro de 1911, nº9, p.34.
Legenda: Átrio, Hall, Tribuna, Salão, Salão, Salão, Sala de Jantar, Terraço, Antecâmara, Gabinete de Trabalho, Sala de Almoço, Copa, Wc e lavabo. AHCML,
48. “A Caza do Sr. Dr. Manuel Castro Guimarães” in *A Arquitectura Portuguesa*, Ano II, nº1, Jan. de 1909, pp. 1-4.
49. Na margem do fl. 74v: “Rematadas pela inventariante”; na margem do fl. 75: “Rematadas por 19\$200 com as abaxo, pela inventariante”.
50. Na margem: “o mesmo”.
51. Na margem: “o mesmo e todas pelos ditos 19\$200 reis à inventariante”.
52. Na margem: “Rematada por 2\$400 pela inventariante”.
53. Na margem: “Rematado”.
54. Na margem do fl. 75: “Rematados pela inventariante dois massos de registos, os mápas todos. E folhas de papel da China [por] reis”. N.T. – Final parcialmente ilegível por corte do pé da folha.
55. Na margem: “Rematada pela inventariante”.
56. Na margem: “Rematados pela inventariante por 3\$600”.
57. Na margem: “Rematado por 300 reis pela inventariante”.
58. Na margem: “Rematados pela inventariante”.
59. Na margem: “Rematado”.
60. Na margem: “Achou-se serem de barro e por isso fica sem efeito esta adição”
61. Na margem: “Rematado por 3\$200 pela inventariante”.
62. Na margem do fl. 76: “Rematado”.
63. Na margem: “Rematada”.
64. Idem.
65. Na margem: “Rematados pela inventariante”.
66. Na margem: “Rematadas pela inventariante”.
67. Na margem: “Rematados por 1\$920”.
68. Na margem: “Rematadas por 1\$000 reis pela inventariante”.
69. Na margem: “Rematada por 4\$000 pela inventariante”.
70. Na margem: “Rematada por 400 reis pela inventariante”.